



## destaques do mês

### Senado aprova fim da “Guerra dos Portos”

O Senado aprovou no dia 24 de abril, por 58 votos a 10, o Projeto de Resolução 72, que acaba com a “guerra dos portos” ao estabelecer em 4% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de produtos importados por um Estado e consumidos por outro. A alíquota para esse tipo de transação era de 12%, mas alguns governadores passaram a cobrar valores inferiores para atrair importações a seus portos. Defendida pelo Governo e pelas instituições representativas da indústria nacional, a medida foi aprovada. Para compensar os Estados prejudicados, o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, garantiu a liberação de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros baixos para investimentos que possam atrair e fixar novas atividades econômicas nesses locais. Além disso, os Estados com bancos de desenvolvimento poderão utilizar tais recursos para financiar empresas e reduzir o custo financeiro na região. A “guerra dos portos” acaba oficialmente em janeiro de 2013. (24.04.2012 – Carta Capital)

### Infraestrutura global demanda cerca de US\$ 10 trilhões

Cerca de US\$ 10 trilhões adicionais serão necessários nos próximos dez anos para atender a demanda de infraestrutura globalmente, mas os instrumentos para levantar esse financiamento não estão funcionando. A avaliação é de Dominic Barton, Diretor Geral da Consultoria McKinsey & Co. Ele aponta como maior problema as crescentes incertezas nos regimes nacionais de regulação de investimentos estrangeiros. Nesse cenário, fundos de pensão, com US\$ 20 trilhões de ativos globais, não conseguiriam encontrar suficientes projetos de infraestrutura seguros para investir. De acordo com McKinsey, países em desenvolvimento respondem por dois terços dos US\$ 10 trilhões adicionais estimados para a próxima década. Observou a “enorme necessidade” por investimentos na infraestrutura no Brasil, mormente com a expansão da demanda da classe média da população. Mas acha que o País precisa ter plano de longo prazo “um pouco mais chinês ou tipo Cingapura”, complementando que a Índia “também tem dificuldades”. (25.04.2012 – Valor Econômico)

## painel

### ■ ANATEL: Leilão de licença 3G da banda H

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) deverá fazer até junho o leilão da licença de telefonia celular de terceira geração (3G) na chamada banda H. A expectativa de técnicos da Anatel é de que o preço seja similar ao da licitação de 2007, quando foram leiloadas 44 licenças. Mais informações no site: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

### ■ ANATEL: Leilão de telefonia 4G

A Anatel vai receber em 5 de junho as propostas de preço e toda a documentação de habilitação dos interessados em participar da licitação das faixas de frequência de 2,5 GHz (exclusiva para 4G) e da faixa de 450 MHz (dedicada para cobertura de internet em áreas rurais). Mais informações no site: [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br)

## Governo destina R\$ 32 bilhões para PAC Mobilidade Urbana em 18 Estados

A presidente Dilma Rousseff anunciou investimento de R\$ 32 bilhões em 51 Municípios de 18 Estados incluídos no programa PAC Mobilidade Urbana Grande Cidades. Com o Programa, segundo informou o Ministério das Cidades, o Governo Federal pretende investir R\$ 22 bilhões para a construção de linhas de metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e corredores de ônibus em cidades com mais de 700 mil habitantes. Somada à contrapartida dos Estados, o montante total chegará a R\$ 32 bilhões, segundo o Ministério. Os Municípios contemplados terão, a partir da data da publicação no Diário Oficial da União, 18 meses para apresentar os projetos finalizados e, a partir daí, dar início às obras. Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Fortaleza, Recife e Rio de Janeiro já tiveram investimentos nessa área anunciados anteriormente. O foco do PAC Mobilidades Urbana é o transporte de média e de alta capacidade. Está prevista a construção de 600 km de corredores de ônibus, 380 estações e terminais, 200 km de linhas de metrô e compra de mais de mil veículos sobre trilhos. Os empreendimentos vão beneficiar, segundo a pasta das Cidades, 53 milhões de pessoas. (24.04.2012 – G1)

## Governo planeja construir 27 eclusas

O Ministério dos Transportes trabalha em um novo pacote de obras hidroviárias que, se for efetivamente realizado, pode fazer com que a matriz logística do País passe a depender menos das rodovias e avance sobre o potencial pouco explorado de seus 63 mil km de rios. O total de 27 projetos de eclusas considerados prioritários foi selecionado pela pasta. As obras estão diretamente associadas às barragens erguidas por usinas hidrelétricas, estejam em fase de estudo, em construção ou já em operação comercial. O pacote das eclusas foi a saída encontrada pelo Ministério para evitar que rios considerados estratégicos para o transporte de cargas e pessoas sejam obstruídos por novas barragens e, assim, inviabilizem as hidrovias. De acordo com Marcelo Perrupato, Secretário de Política Nacional de Transportes, a pasta dos Transportes decidiu assumir o custo das eclusas. A proposta é que os recursos dos Transportes destinados às eclusas sejam repassados para o Ministério de Minas e Energia. Em contrapartida, o Gabinete de Minas e Energia deverá impor ao empreendedor da usina que, sempre que orientado pelo Ministério dos Transportes, faça a construção da eclusa simultaneamente à da barragem. Para viabilizar a proposta, Perrupato afirma que o Ministério deve criar um tipo de "fundo garantidor" das eclusas, onde os recursos para bancar as obras serão depositados pelo Ministério. O custo já foi estimado. Entre 2012 e 2015, a previsão é de que aproximadamente R\$ 7,9 bilhões sejam injetados nos 27 projetos. Até 2018, quando todas as obras estariam concluídas, o gasto alcançaria R\$ 11,6 bilhões. (20.04.2012 – Valor)

### ■ Leilão Transmissão nº 03/2012 da ANEEL

O Leilão de Transmissão nº 03/2012 realizado no dia 20/04 apresentou um deságio médio importante para o setor elétrico, de 22,8%, nos quatro lotes do certame. Os empreendimentos leiloados deverão demandar R\$ 523 milhões em investimentos. As instalações de transmissão serão construídas em quatro Estados brasileiros: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia. Mais informações no site: [www.aneel.gov.br](http://www.aneel.gov.br)

### ■ 11ª rodada de leilões de petróleo da ANP

A presidente da Petrobras, Graça Foster, disse considerar improvável a realização de um leilão para concessão de áreas de exploração de petróleo no Brasil em 2012. A 11ª rodada de leilões organizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) é aguardada ansiosamente pela indústria do petróleo. A última oferta de áreas no mar, onde estão 95% das reservas brasileiras, ocorreu há cinco anos. Mais informações no site: [www.anp.gov.br](http://www.anp.gov.br)

## Plano para integrar América do Sul tem custo de R\$ 21 bilhões

A América do Sul tem possibilidade de chegar em 2022 com os mercados mais integrados fisicamente e em novo patamar de cooperação multilateral entre os países. Essa é a oportunidade deixada em aberto pelo plano de integração da infraestrutura do Continente, debatido pela União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em evento em São Paulo. O estudo, que começou a ser desenvolvido em novembro de 2011, apresenta 88 projetos ligados às áreas de transporte, energia e integração fronteiriça, como a ampliação de posto de fronteira, com previsão de conclusão em até dez anos. Dessas obras, 31 foram consideradas prioritárias e estruturantes, divididas em oito eixos, visando o desenvolvimento regional. A estimativa é que os projetos necessitem de US\$ 21 bilhões para que saiam do papel. Alguns deles, contudo, já estão previstos por governos do Continente. Dos projetos estruturantes, 11 estão em território brasileiro, como a ligação bimodal entre Manaus e Lima, no Peru, e a interligação entre os portos de Paranaguá e Antofagasta, no Chile. Outros dez projetos estão contemplados no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Os projetos nacionais somam US\$ 18 bilhões e cada país será responsável pelas fontes de financiamento e o modelo das obras. Nos projetos binacionais (US\$ 2,5 bilhões) e trinacionais (US\$ 500 milhões), os países farão seus próprios acordos. (25.04.2012 – Valor)

## Adiada conclusão de plano de outorgas de aeroportos

O Governo adiou a conclusão do plano de outorgas dos aeroportos, que estava previsto para ficar pronto no primeiro trimestre deste ano, informou o Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil, Wagner Bittencourt. Segundo ele, o documento ainda está sendo preparado e deverá ser concluído até o fim do ano. O plano de outorgas trará a definição sobre quais terminais serão concedidos à iniciativa privada e quais ficarão sob administração do Governo, recebendo investimentos do Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). O Ministro também disse que não há previsão de data para a realização dos próximos leilões de concessão. Segundo seus assessores, o Poder Executivo estuda leilões para o Galeão, no Rio de Janeiro, e Confins, em Minas Gerais. Bittencourt também afirmou que o Governo pode realizar mudanças nos próximos leilões de concessão de aeroportos. Comenta-se que o Governo tem a intenção de aumentar as exigências em relação à empresa estrangeira que deve integrar o consórcio, depois de uma companhia de menor porte ter vencido o leilão de Viracopos, em Campinas, aeroporto que o Poder Executivo deseja que se transforme no maior da América Latina. No último leilão, o edital exigia que a empresa do consórcio responsável pela operação dos terminais administrasse ao menos um aeroporto com movimento de, no mínimo, 5 milhões de passageiros por ano. A intenção do Governo seria aumentar a exigência para 10 milhões de passageiros, devido ao grande movimento nos terminais do País. Pelo aeroporto internacional de Guarulhos, por exemplo, passam mais de 25 milhões de passageiros por ano. Depois do leilão, o consórcio Aeroportos Brasil, que arrematou Viracopos, teve sua vitória contestada. O foco da contestação foi justamente a operadora estrangeira do consórcio vencedor, a francesa Egis. (25.04.2012 – Valor Econômico)

## Relator reduz recursos do pré-sal ao Fundo Social

O parecer do Deputado Carlos Zarattini (PT-SP), relator do Projeto de Lei aprovado no Senado que trata das novas regras de distribuição dos royalties do petróleo, reduz os recursos destinados ao Fundo Social do pré-sal. O texto determina que 20% do valor dos royalties nos contratos de concessão na plataforma continental sejam destinados à área de defesa nacional e de ciência e tecnologia. Os senadores tinham aprovado que 20% do valor desses royalties iriam para o Fundo Social, depois de deduzidas as parcelas destinadas a órgãos específicos, de acordo com regulamento a ser baixado pelo Poder Executivo. O parecer eleva substancialmente os recursos de royalties e de participações especiais da exploração do petróleo pelo sistema de concessão para os Estados e Municípios que não são confrontantes com os campos da plataforma continental. Em 2011, esses Estados e Municípios receberam apenas R\$ 1,03 bilhão. Pela proposta, eles terão direito a R\$ 7,7 bilhões em 2013, se o projeto de lei for aprovado ainda este ano. Em 2020, eles terão direito a R\$ 23,5 bilhões, segundo o relator. (25.04.2012 - Valor)

## Futuro de "hidrelétricas de papel" ainda é incerto

O futuro de 11 usinas hidrelétricas - projetos que ficaram no limbo entre o velho e o novo marco regulatório do setor, em vigência desde 2004 - chegou a um momento decisivo. Todas essas usinas estão há dez anos ou mais tentando sair do papel, gerando prejuízos milionários às empresas que arremataram suas concessões. O atraso se deve essencialmente ao fato de que as hidrelétricas foram licitadas pelo Governo sem licença prévia que atesta a viabilidade ambiental das obras, pois até 2004 o modelo de concessão dispensava a obtenção do documento antes do leilão. Esse conjunto de usinas soma 2.117 MW de potência, o equivalente a quase 2% do atual parque gerador brasileiro. Com os seguidos fracassos na tentativa de licenciar suas hidrelétricas, os empreendedores perderam praticamente um terço do período de 35 anos de concessão sem terem montado uma única turbina até hoje. A situação, já bastante desconfortável para essas empresas, pode ficar ainda pior. Isso porque vence, no dia 15 junho, o prazo para que os empreendedores que ganharam os leilões dessas usinas iniciem o pagamento de suas outorgas. Como esses projetos não saíam do papel, a União decidiu sancionar uma lei (11.488/2007) que vinculou o início do pagamento das concessões ao momento em que as usinas entrassem efetivamente em operação comercial. A lei, porém, tinha prazo de cinco anos e agora está prestes a expirar. A provável prorrogação do prazo para cobrança das outorgas ainda não resolve todo o problema. É preciso definir a exploração das concessões. Quando esses projetos foram a leilão, os empreendedores assinaram um contrato que previa 35 anos de exploração das usinas. Como dez anos desse prazo já se passaram, a viabilidade econômica dessas hidrelétricas gera questionamentos. (23.04.2012 – Valor Econômico).

# 1. Energia Elétrica

## 1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

### Previsão para Entrada em Operação (MW)

de 15 de março de 2012 até 31 de dezembro de 2016

Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.765	3.432	1.497	2.354	4.042	14.090
Otimista	2.765	3.462	1.497	2.354	4.042	14.119

Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	3.375	825	0	1.350	0	5.551
Otimista	3.398	5.145	1.199	2.050	0	11.792

Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	2.300	1.280	61	18	0	3.659
Otimista	3.437	3.365	1.215	657	0	8.674

Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2012	2013	2014	2015	2016	Σ
Conservador	8.441	5.538	1.558	3.722	4.042	23.300
Otimista	9.599	11.973	3.910	5.060	4.042	34.585

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)

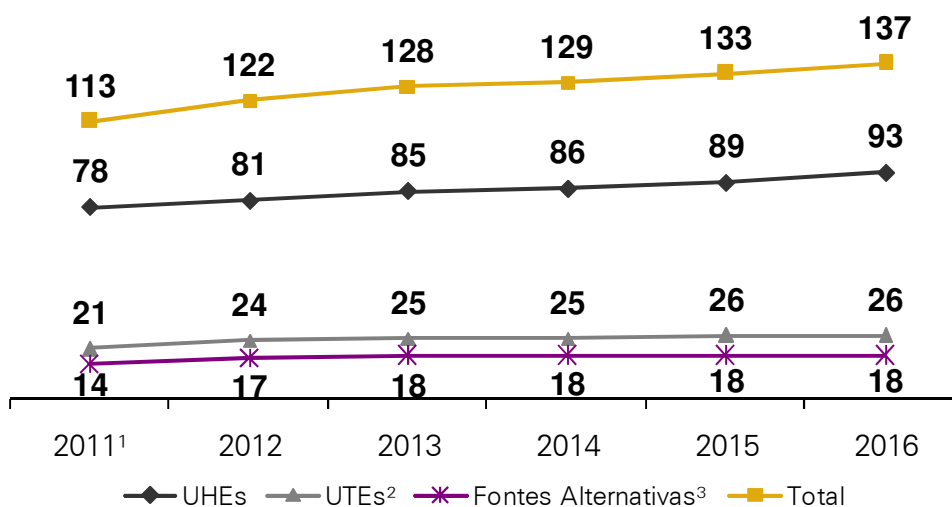
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.

Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, o aumento de 2,8% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2016.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de 34,6 mil MW no período 2012-2016. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,6% ao ano.

### Previsão da Capacidade Instalada\* (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

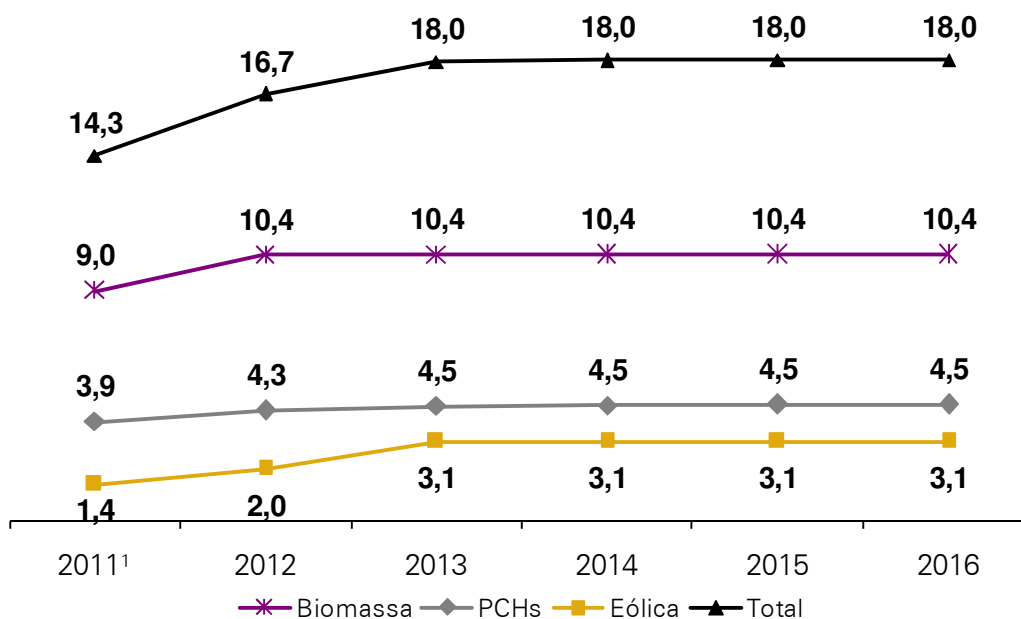
<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2010.

<sup>2</sup> UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.

<sup>3</sup> PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.

\* Exclui Centrais Nucleares.

### Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW) Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.

<sup>1</sup> Capacidade Instalada em 31/12/2010.

Entre março de 2012 e 2016, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 18% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTES), também no cenário conservador, deve ser de 27% no mesmo período.

Em dezembro de 2011, as UHEs representavam 69% da capacidade total instalada e em 2016 deverão representar 68%. A participação na capacidade total instalada das UTES deve aumentar de 18% para 19%.

A participação das usinas térmicas à biomassa deve permanecer em 8% e das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve permanecer em 3% em 2016.

A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas na capacidade total instalada, em 2016, deve ser de 2%.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2012, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 8% e 3%.

### 1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

Das UHEs com previsão para entrar em operação até 2016, uma apresenta restrição para a contratação de 30 MW: Salto Curucaca (PR). No cenário conservador, 14 mil MW devem entrar em operação até 2016.

Em relação às termelétricas, apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação no cenário otimista, de 11,8 mil MW até 2016, apenas 5,5 mil MW (47%) não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

A UHE de Jirau tinha previsão para entrar em operação, tanto no cenário otimista quanto no conservador, em 2012 (primeira máquina em outubro). Contudo, por força dos novos conflitos na obra a primeira máquina da usina entrará em serviço em janeiro de 2013

Apesar dos reflexos de Jirau, na usina de Santo Antonio as atividades de obra estão mantidas e em março deste ano, após vencer inúmeras dificuldades, o Consórcio de Santo Antonio pôs em operação comercial duas unidades geradoras, antecipando a geração em nove meses com relação à data do Contrato de Concessão. Prevê-se que até o final de 2012 pelo menos 10 unidades geradoras tenham sido disponibilizadas para o sistema interligado.

Até a entrada em operação do Sistema de Transmissão do Madeira, a energia gerada nas primeiras unidades da usina de Santo Antônio será fornecida por meio de uma subestação provisória de 465 MVA para o Sistema Acre - Rondônia, em conexão ao sistema interligado nacional, o que traz maior confiabilidade do sistema elétrico regional e benefícios ambientais, com a redução da geração térmica em Rondônia e Acre.

### 1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 617 MW de potência adicional até 2015. Já no cenário otimista, até 2015, devem entrar em operação 1,4 mil MW. As três pequenas centrais hidrelétricas integrantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) não têm previsão para a contratação de 32 MW previstos.

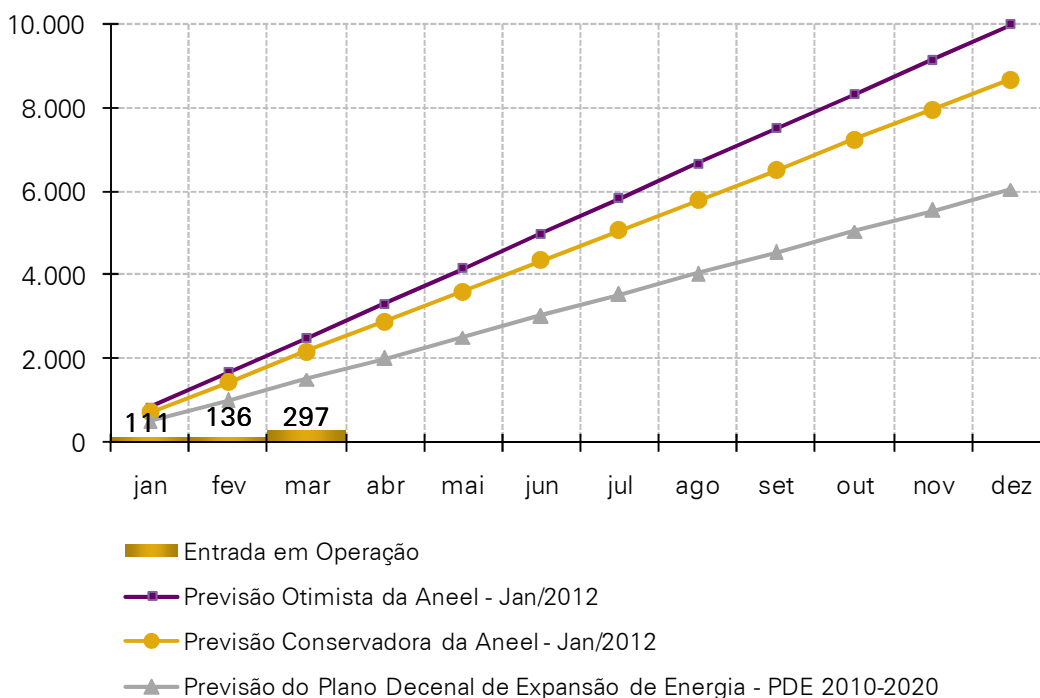
As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 1,4 mil MW até 2014. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 2,0 mil MW até 2015. As seis usinas à biomassa integrantes do PROINFA não têm previsão para entrada em operação.

No cenário conservador, as usinas eólicas devem acrescentar 1,6 MW até 2013, sendo 99,15 MW (6%) referentes às usinas pertencentes ao PROINFA. Na previsão otimista, espera-se um incremento de 5,3 mil MW até 2015.

### 1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2012 (MW)

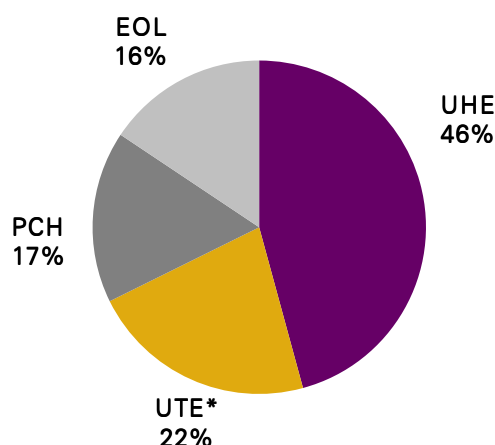


Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.



Em 2012, até 15 de março, entraram em operação 297 MW. Desse total, as UTEs representaram 22% da potência total instalada. As UHEs representaram 46% da potência total instalada, no período, com a entrada em operação de 136 MW. As PCHs e EOLs representaram cada uma, respectivamente, 17% e 16% da capacidade instalada no período. As UTEs a biomassa não trouxeram incremento de capacidade no período.

### Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%) De 1º de janeiro a 15 de março de 2012



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.

\* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

## 1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em fevereiro de 2012, 36.974 GWh, apresentando crescimento de 4% em relação a fevereiro de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

Projeções da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) apontam para um crescimento de 4,5% do consumo de energia elétrica da rede em 2012.

Em fevereiro de 2012, o consumo industrial de energia elétrica foi de 15.152 GWh, valor 5% superior ao observado em fevereiro de 2011.

Em fevereiro, a Região Sudeste se destaca pela fraca dinâmica no consumo industrial de energia, destoando das demais regiões. A expansão de 0,7% no consumo só ocorreu em função do crescimento no Estado de São Paulo de 3%. Em todos os demais Estados houve retração, com destaque para o decréscimo de 5% no Rio de Janeiro.

As demais regiões apresentaram crescimento no consumo industrial em comparação com fevereiro de 2011. As Regiões Sul, Nordeste e Norte expandiram o consumo em, respectivamente, 4%, 11% e 15%. O Centro-Oeste continua como a região a apresentar a maior expansão mensal no consumo industrial de energia (23%).

De acordo com a EPE, o crescimento do consumo de energia elétrica em fevereiro indica início de recuperação da indústria. O crescimento expressivo nas Regiões Norte e Centro-Oeste ocorreu devido à produção de novas indústrias ligadas ao setor de extração mineral recentemente instaladas nas regiões.

### Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Fevereiro 2011	Fevereiro 2012	Var. %	Jan-Fev 2011	Jan-Fev 2012	Var. %
Residencial	9.420	9.687	3	19.253	19.485	1
<b>Industrial</b>	<b>14.493</b>	<b>15.152</b>	<b>5</b>	<b>28.964</b>	<b>29.633</b>	<b>2</b>
Comercial	6.333	6.620	5	12.588	13.100	4
Outras	5.286	5.515	4	10.372	10.979	6
<b>Total</b>	<b>35.532</b>	<b>36.974</b>	<b>4</b>	<b>71.177</b>	<b>73.197</b>	<b>3</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

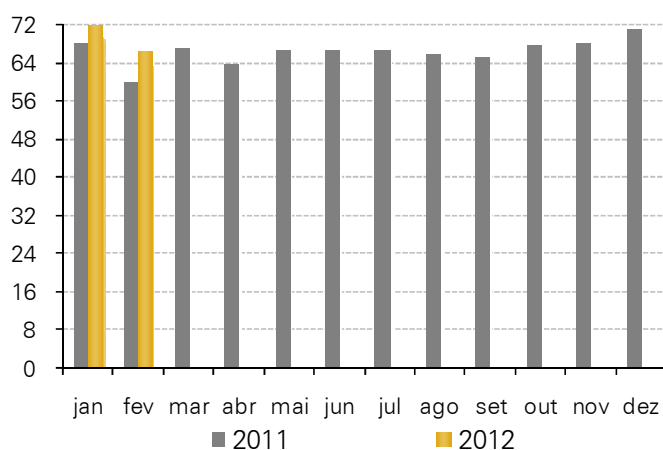
## 2. Petróleo

### 2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo no mês de fevereiro de 2012 foi de 66 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 11% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. O crescimento da produção de petróleo no acumulado do ano foi de 8% em comparação a 2011.

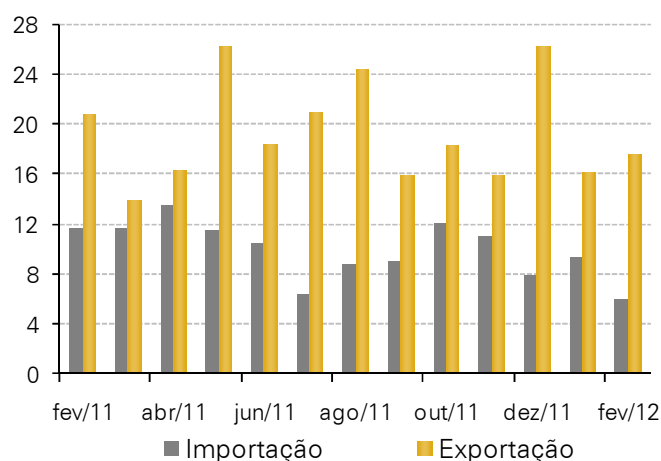
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em fevereiro de 2012, foi de 55 milhões bep. Esse volume foi 4% superior ao observado em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, o crescimento foi de 3%.

#### Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

#### Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)

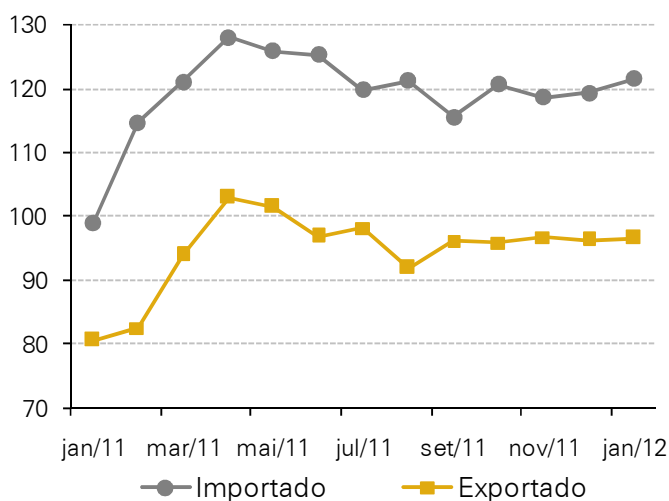


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em fevereiro de 2012, foi de 18 milhões bep, valor 16% inferior ao exportado em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 6% inferior em comparação ao mesmo período do ano anterior.

O preço médio do petróleo importado pelo País, em fevereiro de 2012, foi de US\$ 121,47/barril, valor 23% superior ao observado em fevereiro de 2011.

### Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado (US\$ FOB/barril)

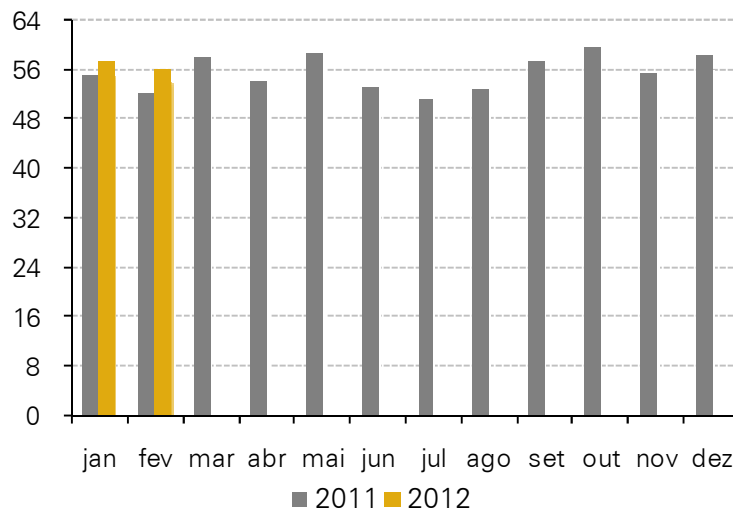


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

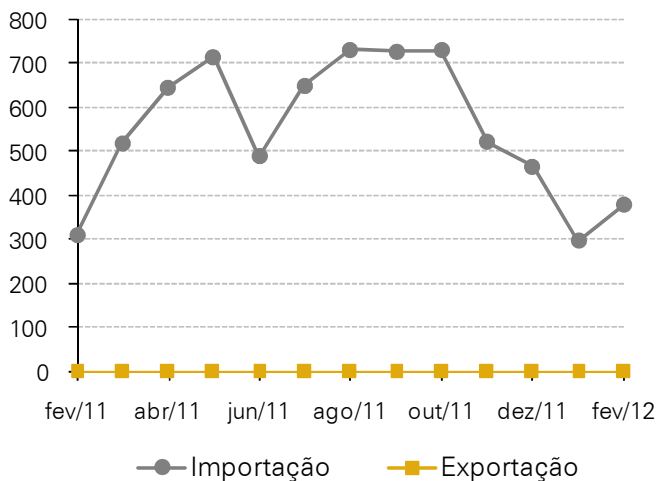
Em fevereiro de 2012, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 56 milhões bep (1 bep equivale a 0,15 m<sup>3</sup>), valor 7% superior ao produzido em fevereiro de 2011. Até fevereiro de 2012, a produção apresentou aumento de 2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Produção de Derivados de Petróleo (milhões de bep)



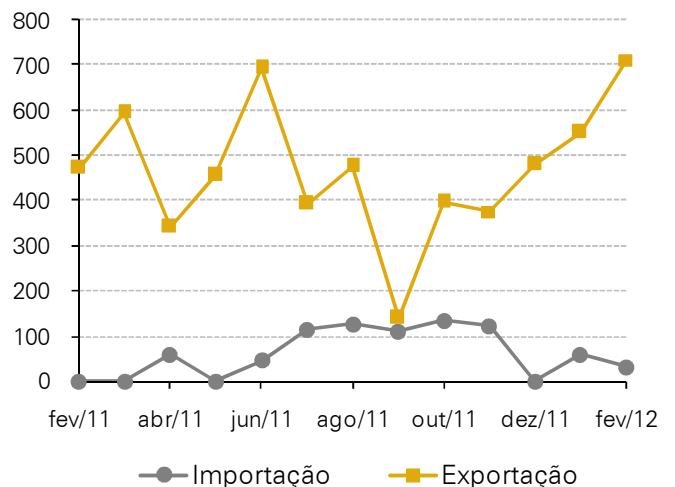
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Nafta (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Óleo Combustível (mil m<sup>3</sup>)

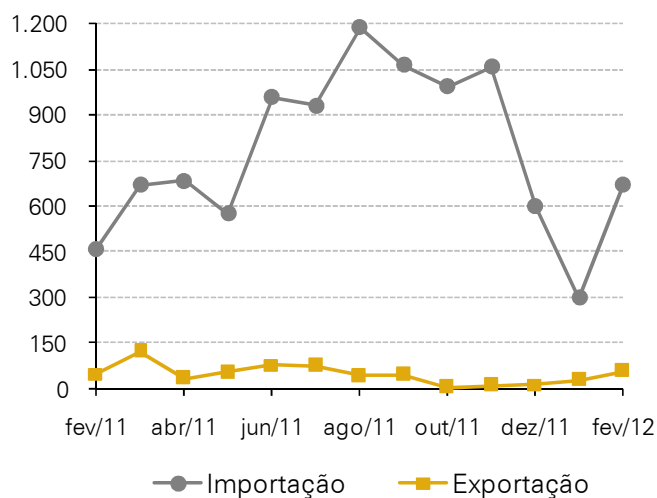


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

A importação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2012, foi de 14 milhões bep, valor 50% superior ao registrado em fevereiro do ano anterior. Até fevereiro, o volume de derivados importado foi 34% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

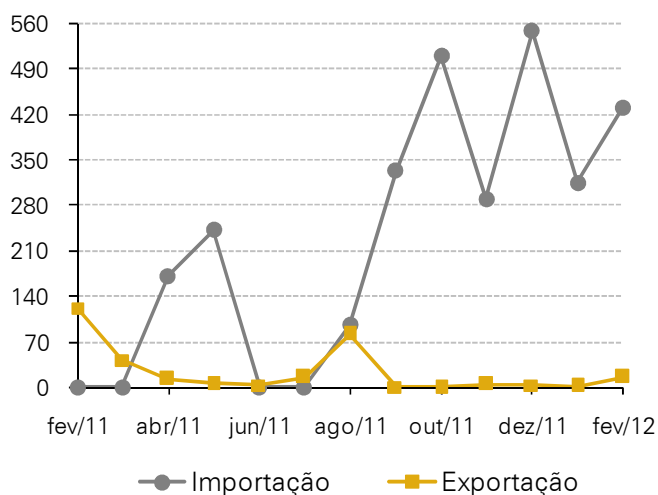
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em fevereiro de 2012, foi constatado um total de 9 milhões bep, o que representa um volume 5% superior ao mesmo mês de 2011. No acumulado do ano, esse volume foi 9% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

### Importação e Exportação de Óleo Diesel (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Importação e Exportação de Gasolina (mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.3. Dependência Externa (ANP)

Em fevereiro de 2012, o Brasil registrou uma dependência externa positiva de 7% na balança comercial de petróleo e derivados. No acumulado do ano, a dependência externa foi nula.

### Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	fev/2011	jan-fev/2011	fev/2012	jan-fev/2012
Produção de Petróleo (a)	60	128	66	138
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-9	-18	0	-7
Imp. Líq. de Derivados (c)	1	2	5	7
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	51	112	71	138
Dependência Externa (e)=(d-a)	-9	-16	5	0
<b>Dependência Externa (%) (e)/(d)</b>	<b>-17</b>	<b>-15</b>	<b>7</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 2.4. Balança Comercial (ANP)

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em fevereiro de 2012, apresentou saldo positivo de US\$ FOB 442 milhões. Ou seja, o Brasil exportou US\$ FOB 442 milhões a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo havia sido positivo em US\$ FOB 461 milhões.

No acumulado do ano, a balança apresentou saldo positivo de US\$ FOB 682 bilhões.

## Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

	fev/11	jan-fev/2011	fev/12	jan-fev/2012
<b>Petróleo</b>				
Receita com exportação (a)	1.678	2.866	1.695	3.249
Dispêndio com importação (b)	1.151	1.777	723	1.842
Balança Comercial (c)=(a-b)	527	1.089	972	1.407
<b>Derivados</b>				
Receita com exportação (d)	799	1.404	980	1.867
Dispêndio com importação (e)	865	1.636	1.510	2.592
Balança Comercial (f)=(d-e)	-66	-233	-530	-725
<b>Petróleo e Derivados</b>				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	2.477	4.270	2.676	5.116
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	2.016	3.414	2.234	4.434
Balança Total (i)=(g-h)	461	856	442	682

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

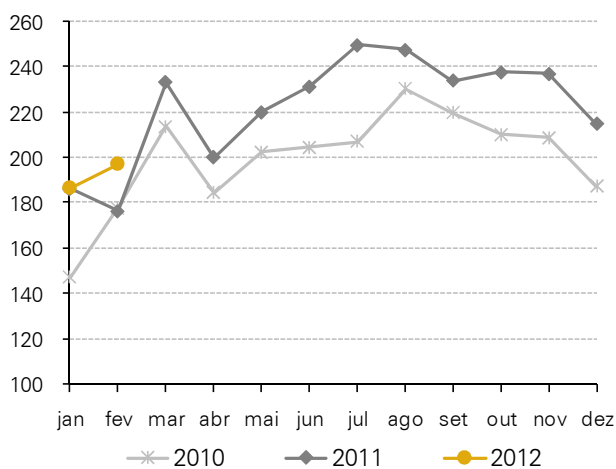
## 3. Biocombustíveis

### 3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em fevereiro de 2012, foi de 197 mil m<sup>3</sup>, montante 12% superior ao produzido em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, a produção foi 6% superior.

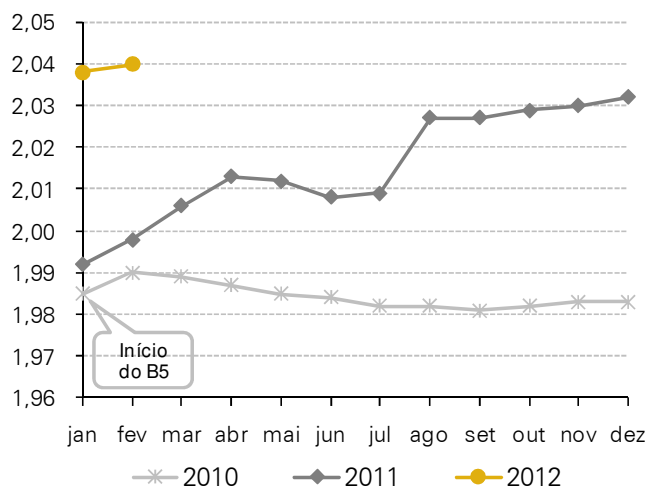
O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em fevereiro de 2012, foi de R\$ 2,04/ ℓ, valor 2,1% superior observado em fevereiro de 2011.

**Produção de Biodiesel**  
(mil m<sup>3</sup>)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

**Preço ao Consumidor do Diesel B5**  
(R\$/ℓ)\*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

\*B2,B3,B4,B5: respectivamente, 2%,3%,4%,5% de biodiesel no óleo diesel

## 3.2. Álcool

### 3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

Até o fechamento dessa edição, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não havia atualizado os dados da produção sucroalcooleira de março de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

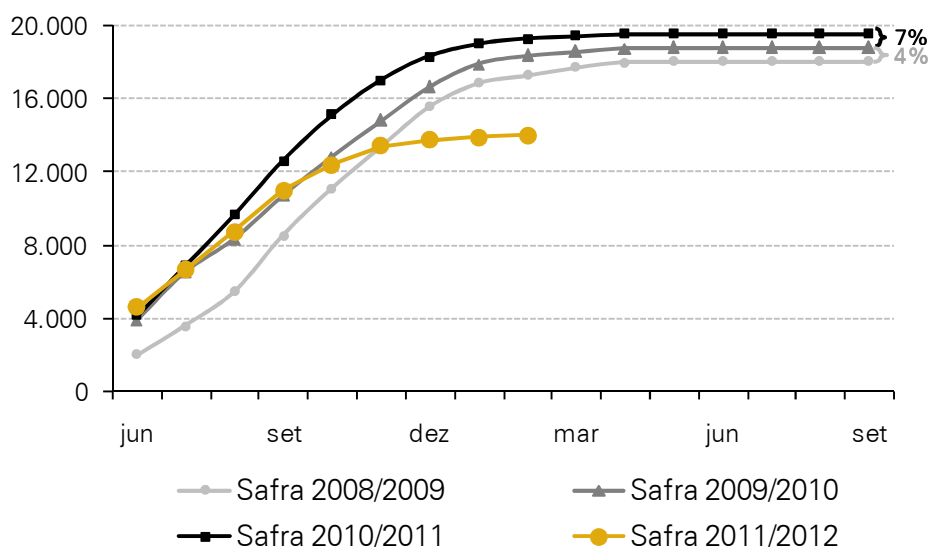
A safra 2011/2012 produziu, até o dia 1º de dezembro de 2011, 21.638 mil m<sup>3</sup> de álcool, sendo 13.429 mil m<sup>3</sup> referentes à produção de álcool etílico hidratado (62%). Em relação ao mesmo período da safra 2010/2011, houve uma diminuição de 27%. A produção total de álcool foi 16% inferior em relação à safra anterior, puxada pela diminuição da produção do álcool anidro e hidratado. A produção de açúcar também apresentou queda. Até 1º de dezembro de 2011, produziu-se 33.609 mil ton de açúcar, volume 4% inferior ao observado no mesmo período da safra 2010/2011.

### Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2010/2011 (até 1º de fevereiro de 2011)	Safra 2011/2012 (até 1º de fevereiro de 2012)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m <sup>3</sup> )	7.856	8.606	10
Álcool Hidratado (mil m <sup>3</sup> )	19.296	14.044	-27
<b>Total Álcool (mil m<sup>3</sup>)</b>	<b>27.153</b>	<b>22.650</b>	<b>-17</b>
<b>Açúcar (mil ton)</b>	<b>37.163</b>	<b>35.685</b>	<b>-4</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m<sup>3</sup>)



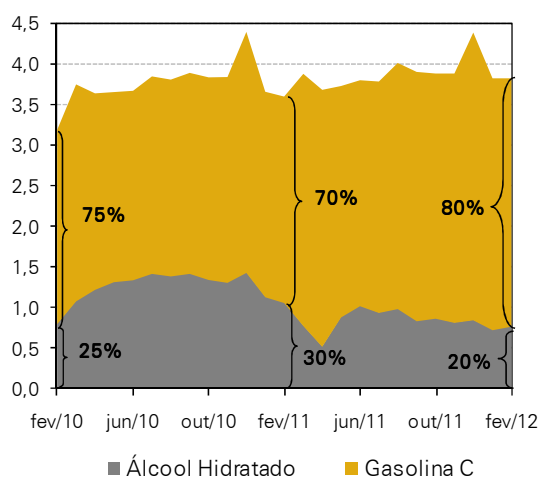
Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

### 3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

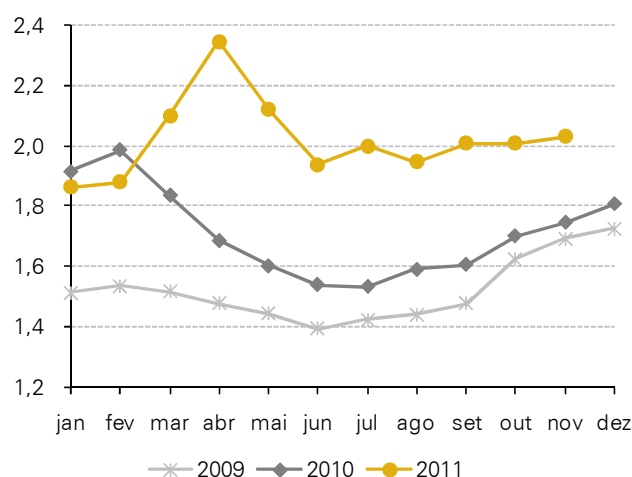
As vendas de álcool etílico hidratado foram de 774 mil m<sup>3</sup> em fevereiro de 2012. Esse número representa uma diminuição de 27% em relação a fevereiro de 2011. No acumulado do ano, as vendas foram 32% inferiores às ocorridas no mesmo período do ano anterior.

Em fevereiro de 2012, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 2,00/ℓ, valor 6% superior ao registrado em fevereiro de 2011.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C<sup>1</sup> (milhão m<sup>3</sup>)



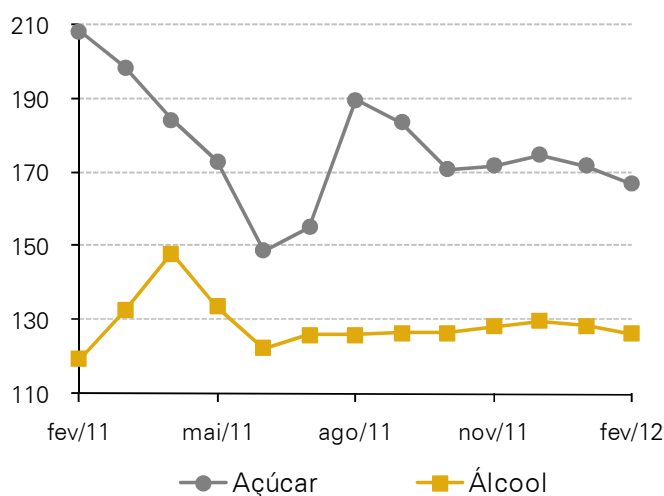
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



<sup>1</sup>Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.  
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Índice de Preço do Açúcar\* e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

\* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.



## 4. Gás Natural

### 4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em fevereiro de 2012, foi de 67.104 mil m<sup>3</sup>, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, esse valor foi também 7% superior ao apresentado no mesmo período de 2011.

A importação de gás natural realizada pelo País em fevereiro de 2012 foi de 28.300 mil m<sup>3</sup>/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 71.273 mil m<sup>3</sup>/dia. Este montante é 5% superior ao observado em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, a oferta total de gás natural foi 7% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 36% em fevereiro de 2012. Em fevereiro de 2011, essa proporção havia sido de 43%.

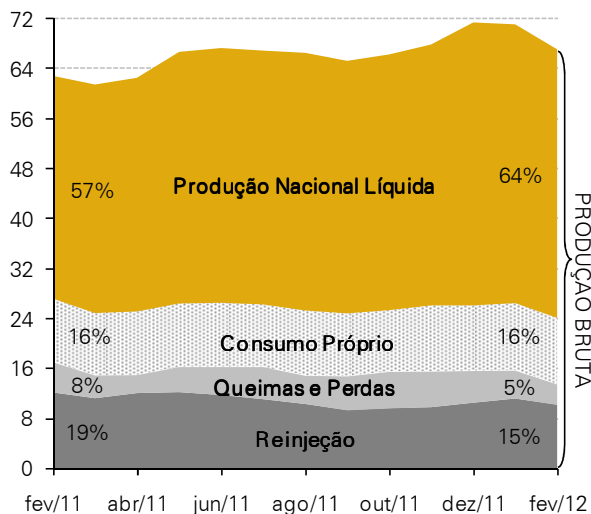
#### Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m<sup>3</sup>/dia)

	Média em fev/2011	Média do período jan-fev/2011	Média em fev/2012	Média do período jan-fev/2012
<b>Produção Nacional<sup>1</sup></b>	<b>62.817</b>	<b>64.537</b>	<b>67.104</b>	<b>69.098</b>
- Reinjeção	12.245	12.126	10.254	10.755
- Queimas e Perdas	4.827	5.446	3.288	3.890
- Consumo Próprio	10.131	10.068	10.589	10.651
<b>= Produção Nac. Líquida</b>	<b>35.614</b>	<b>36.897</b>	<b>42.972</b>	<b>43.802</b>
+ Importação	32.233	27.545	28.300	24.986
<b>= Oferta</b>	<b>67.847</b>	<b>64.442</b>	<b>71.273</b>	<b>68.788</b>

<sup>1</sup>Não inclui Gás Natural Liquefeito.

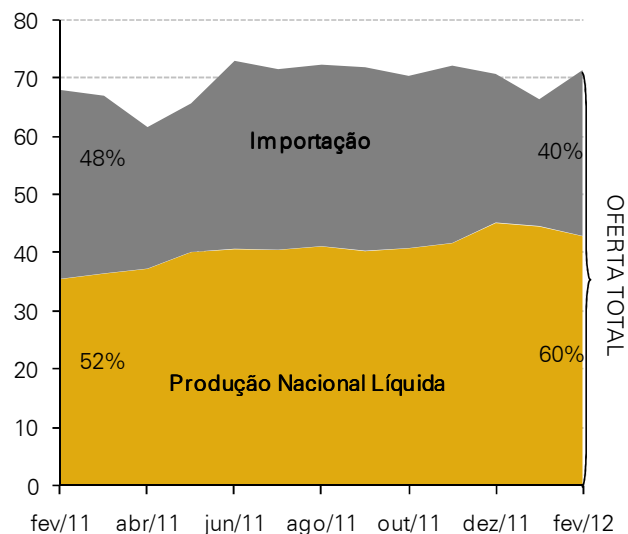
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

### Oferta Total de Gás Natural (milhão m<sup>3</sup>/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

## 4.2. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás no País em fevereiro de 2012 foi, em média, de 57 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Essa média é 13% superior ao volume médio diário consumido em fevereiro de 2011. No acumulado do ano, o consumo nacional foi 9% superior ao observado no mesmo período do ano anterior.

### Consumo de Gás Natural por Segmento

	médio (mil m <sup>3</sup> /dia)		Variação %	
	fev/12	jan-fev/2011	fev-2012/ fev-2011	Acumulado do ano
<b>Industrial</b>	<b>29.064</b>	<b>28.479</b>	<b>2</b>	<b>3</b>
Automotivo	5.340	5.253	1	1
Residencial	826	766	-4	3
Comercial	8.300	655	2	2
Geração Elétrica	9.418	7.803	149	56
Co-geração*	3.008	2.981	-2	-5
Outros	965	960	-18	0
<b>Total</b>	<b>56.922</b>	<b>47.852</b>	<b>13</b>	<b>9</b>

\*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

O setor industrial, em fevereiro de 2012, consumiu 29 milhões de m<sup>3</sup>/dia de gás natural, o que representa um aumento de 2% em relação ao mesmo mês do ano anterior. A indústria foi responsável por 51% do volume total de gás consumido em fevereiro de 2012.

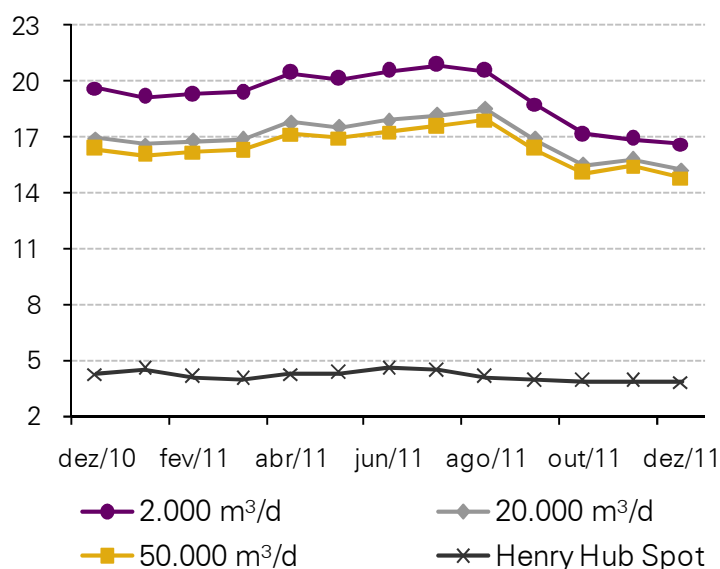
No acumulado do ano, o consumo médio diário da indústria foi 3% superior em relação ao mesmo período de 2011.

### 4.3. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em dezembro de 2011, foi de US\$ 15,54/MMBtu, valor 12% inferior ao apresentado em dezembro de 2010 (US\$ 17,65/MMBtu). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em dezembro de 2011, o preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 3,83/MMBtu, valor 10% inferior ao apresentado em dezembro de 2010 (US\$ 4,25/MMBtu). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega no dia seguinte.

#### Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial<sup>1</sup> e do Mercado Spot Henry Hub<sup>2</sup> (US\$/MMBtu)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).

<sup>1</sup> Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.

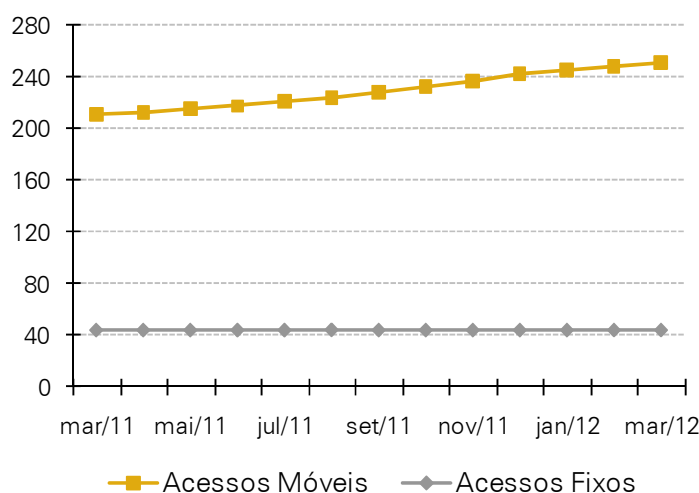
<sup>2</sup> Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

## 5. Telecomunicações

### 5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Em março de 2012, o número de acessos móveis em operação foi de 251 milhões, montante 19% superior ao mesmo mês do ano anterior. O crescimento da quantidade de acessos tem sido de aproximadamente 1,5% ao mês.

**Evolução dos Acessos Móveis e Fixos em Operação (milhão)**



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Desde dezembro de 2008, os acessos fixos apresentam tendência de estagnação. Em março de 2012, o número de acessos fixos foi de 44,1 milhões, mesmo valor averiguado em março de 2011.

## 6. Transportes

### 6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Até o fechamento dessa edição a Agência Nacional de Transportes Aquaviários não havia atualizado os dados de movimentação de carga para janeiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em dezembro de 2011, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) teve aumento de 9%, enquanto a movimentação de granel líquido foi 3% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

A movimentação total de cargas nos portos públicos e TUPs, em dezembro de 2011, foi 7% superior em comparação com o mesmo mês do ano anterior.

## Movimentação Total de Cargas – por natureza\* (mil t)

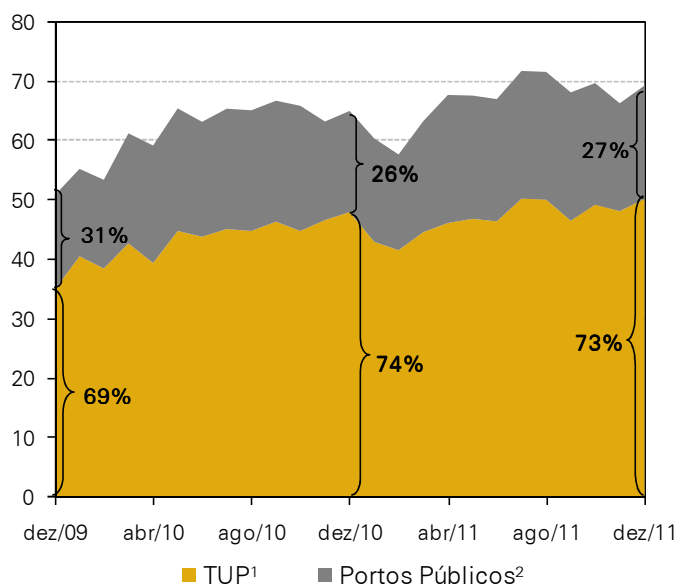
	Período	Variação %
	dez/2011	dez-2011 / dez-2010
<b>Granel Sólido (a)</b>	<b>46.931</b>	<b>9%</b>
<i>Portos Públicos</i>	14.039	11%
<i>TUPs</i>	32.892	9%
<b>Granel Líquido (b)</b>	<b>18.693</b>	<b>3%</b>
<i>Portos Públicos</i>	3.875	24%
<i>TUPs</i>	14.818	-1%
<b>Carga Geral Solta (c)</b>	<b>3.725</b>	<b>-9%</b>
<i>Portos Públicos</i>	1.156	-11%
<i>TUPs</i>	2.569	-8%
<b>Total (a+b+c)</b>	<b>69.349</b>	<b>7%</b>

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Cargas (milhões t)

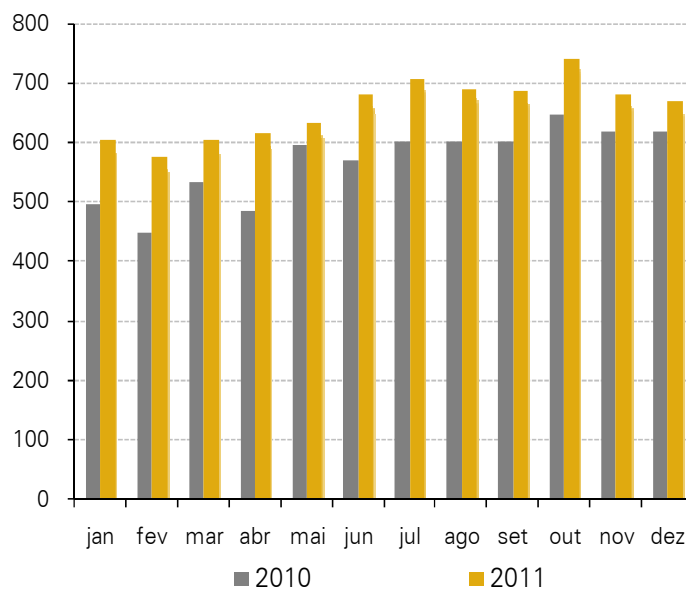


Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Terminais de uso privativo (104 instalações)

<sup>2</sup> Portos públicos (33 instalações)

## Movimentação Total de Contêineres\* (milhões TEUs)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.

\* Terminais de uso privativo (104 instalações)

Portos públicos (33 instalações)

Em dezembro de 2011, os TUPs representaram 73% da movimentação total de carga nos portos e terminais. A movimentação total nos TUPs foi de 50.280 mil toneladas, volume 5% superior a dezembro de 2010. Os portos públicos movimentaram 19.070 mil toneladas em dezembro de 2011, volume 12% superior ao mesmo mês do ano anterior.

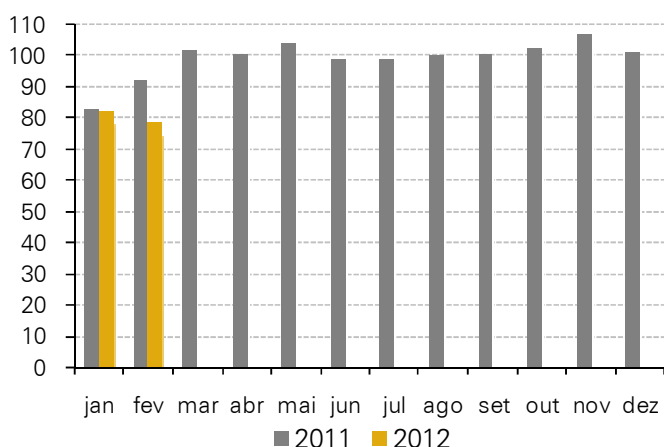
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País em dezembro de 2011 foi de 668.412 TEUs (*twenty-foot equivalent unit*), montante 8% superior ao observado no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, o volume movimentado de contêineres alcançou 7,9 milhões de TEUs, volume 16% superior ao apresentado no mesmo período de 2010.

Segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Transporte Aquaviário (Antaq), a movimentação total de carga em todos os portos públicos e TUPs atingiu, em 2011, 886 milhões de toneladas, valor 6,4% superior ao apresentado em 2010 (833 milhões de toneladas). No período de 2002 a 2011, o crescimento foi de 68%.

## 6.2. Transporte Aéreo (INFRAERO)

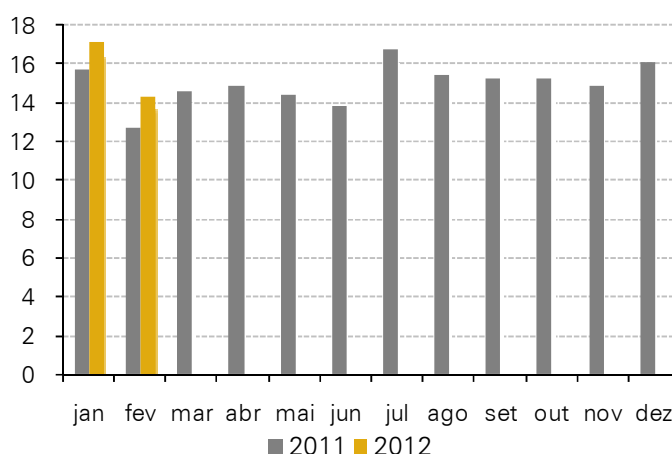
Em fevereiro de 2012, a movimentação de passageiros nos aeroportos da Infraero foi 12% superior à ocorrida no mesmo período de 2011. Observa-se um crescimento contínuo da movimentação dos passageiros.

**Movimentação mensal de Cargas**  
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

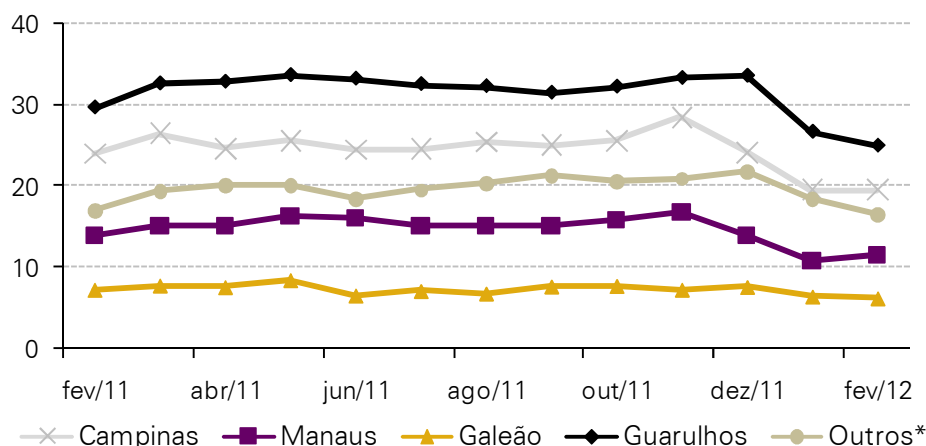
**Movimentação mensal de Passageiros**  
(mil)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

Em fevereiro de 2012, a movimentação de carga aérea total no País foi de 79 mil toneladas, número 14% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. No mesmo mês, 14,3 milhões de passageiros transitaram pelos aeroportos da Infraero..

### Carga Aérea nos Principais Aeroportos<sup>1</sup> (mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero Cargo

<sup>1</sup> Dados referente a carga movimentada na Rede de Terminais de Logística de Carga (TECA).

\*30 demais aeroportos da rede TECA não mencionados

### Movimentação Mensal e Acumulada de Passageiros nos Aeroportos\*

Ano	Jan-Fev (mil)	Varição (%)	Fevereiro (mil)	Varição (%)
2003	11.342	-	5.293	-
2004	12.622	11	6.062	15
2005	14.919	18	6.793	12
2006	16.892	13	7.589	12
2007	18.009	7	8.301	9
2008	18.780	4	8.782	6
2009	19.213	2	8.508	-3
2010	24.931	30	11.547	36
2011	28.475	14	12.770	11
2012	31.453	10	14.341	12

Fonte: Elaboração própria com dados da Infraero.

\* Aeroportos gerenciados pela Infraero (66 aeroportos).

### 6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

Até o fechamento dessa edição a Agência Nacional de Transportes Terrestres não havia homologado os dados de movimentação de carga das ferrovias em fevereiro de 2012. Seguem as últimas informações disponíveis.

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em janeiro de 2012, foi de 32 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 8% inferior ao mesmo período de 2011. Nesse período, a carga geral não containerizada e soja e farelo de soja foram os setores que apresentaram maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias, 149% e 118% cada. O minério de ferro correspondeu a 78% do total movimentado (24.777 milhões de TUs) em janeiro de 2012.

## Movimentação de Mercadorias nas Ferrovias – Jan-Dez

Ano	2011	2012	Variação (%)
Mercadoria	Jan (mil TU)	Jan (mil TU)	mês-11/ mês-10
<b>Minério de Ferro</b>	<b>26.907</b>	<b>24.777</b>	<b>-8</b>
Indústria Siderúrgica	1.353	1.276	-6
Soja e Farelo de Soja	484	1.057	118
Carvão/Coque	1.054	839	-20
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	714	771	8
Produção Agrícola (exceto soja)	1.521	713	-53
Grãos Minerais	686	645	-6
Aubos e Fertilizantes	454	518	14
Indústria Cimenteira e Construção Civil	435	364	-16
Extração Vegetal e Celulose	374	358	-4
Cimento	260	194	-25
Container	200	176	-12
Carga Geral - Não Containerizada	8	19	149
<b>Total</b>	<b>34.450</b>	<b>31.707</b>	<b>-8</b>

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT

### 6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2012, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 57 milhões de toneladas, montante 7% superior ao averiguado em março do ano anterior. O modo marítimo continua apresentando a maior participação nas movimentações, com 95%. No acumulado do ano, a movimentação total de exportação e importação foi 1% inferior a observada no mesmo período de 2011.

### Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação %	
	mar/2012	jan-mar/2012	mar-2012/ mar-2011	Acumulado do ano
Marítimo	53.627	138.850	8	0
Fluvial	1.007	2.255	-35	-41
Aéreo	98	327	2	-3
Ferrovário	50	154	-10	6
Rodoviário	968	2.647	14	7
Outros*	784	2.129	5	-1
<b>Total</b>	<b>56.533</b>	<b>146.363</b>	<b>7</b>	<b>-1</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

\*Linha de transmissão, tubo-conduto, postal, próprio, lacustre.



## 7. Investimentos Privados em Infraestrutura

### 7.1. Desembolsos do BNDES

Em fevereiro de 2012, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 3,4 bilhões, valor 4% inferior ao valor aportado em fevereiro do ano anterior. Em 2012, até fevereiro, o desembolso do BNDES totalizou R\$ 6,3 bilhões, montante 9% inferior ao observado no mesmo período 2011.

#### Desembolso mensal BNDES

Setor	fev/2011 R\$ milhão	jan-fev/2011 R\$ milhão	fev/2012 R\$ milhão	Participação %	jan-fev/2012 R\$ milhão	acum-11/acum-10 %
Refino e Álcool	118	363	142	4	226	-38
Energia Elétrica e Gás Natural	1.431	1.725	1.148	34	1.729	0
Saneamento	87	177	323	10	413	134
Telecomunicações	21	53	127	4	143	169
Transporte	1.882	4.587	1.654	49	3.774	-18
<i>Aéreo</i>	90	107	5	-	7	-93
<i>Aquaviário</i>	7	163	219	-	229	41
<i>Terrestre</i>	1.784	4.317	1.431	-	3.538	-18
<b>Total Infraestrutura</b>	<b>3.538</b>	<b>6.904</b>	<b>3.395</b>	<b>100</b>	<b>6.286</b>	<b>-9</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

## 8. Execução do Orçamento da União (SIAFI)

### 8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada para o Orçamento da União de 2012 foi de, aproximadamente, R\$ 2,2 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 81,3 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 4% do orçamento total de 2012 ou 2% do PIB de 2011, que totalizou R\$ 4,143 trilhões.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto e em relação ao orçamento total (R\$ 17,7 bilhões, ou 22% do orçamento de investimentos).

Do orçamento de investimentos da União para 2012, foram empenhados, até o dia 25 de abril, R\$ 10,6 bilhões (13% do autorizado). O montante liquidado foi de R\$ 1,4 bilhão. O pagamento realizado foi no valor de R\$ 1,3 bilhão. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 8,6 bilhões.

## 8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 17,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2012, R\$ 3,4 bilhões foram empenhados (19% do orçamento) até o dia 25 de abril. Houve liquidação e pagamento de R\$ 35 milhões no período. Os restos a pagar pagos somam R\$ 1,9 bilhão.

Cerca de 78% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 13,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 2,7 bilhões, ou 15%) e hidroviário (apenas R\$ 379 milhões).

## 8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2012, cerca de R\$ 176 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 5,9 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 10,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 51,4 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2012.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 18% foram pagos até 25 de abril (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 15% do total de restos a pagar inscritos.

## 9. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (SIAFI) (Tabela IV)

Para 2012, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R\$ 41,8 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 40% no Ministério das Cidades (R\$ 16,8 bilhões) e 37% no Ministério dos Transportes (R\$ 15,5 bilhões), principais executores do chamado “PAC Orçamentário”, que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou 14% do orçamento autorizado, até 25 de abril. A liquidação realizada foi de R\$ 398 milhões e o montante pago do orçamento totalizou R\$ 361 milhões. Os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R\$ 8,6 bilhões. Restam R\$ 30 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

# ANEXOS

## Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 25/04/2012\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.013	51	5	1	0	1	0	161	163	648
MAPA	1.825	1	0	0	0	0	0	106	106	838
MCT	1.729	188	11	41	2	23	1	191	214	850
MDIC	0	0	-	7	-	7	-	31	38	49
MME	112	12	11	4	4	2	2	14	17	25
<b>M. Transportes</b>	<b>17.682</b>	<b>3.419</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>1.867</b>	<b>1.902</b>	<b>8.642</b>
M. Comunicações	80	5	6	0	0	0	0	10	10	53
MMA	202	3	1	0	0	0	0	22	22	25
MDA	1.101	35	3	0	0	0	0	82	82	816
M. Defesa	9.260	2.547	28	765	8	757	8	896	1.654	2.712
M. Int. Nacional	6.532	1.033	16	110	2	110	2	652	763	4.909
M. das Cidades	8.923	859	10	54	1	20	0	665	684	10.096
Outros**	32.817	2.410	7	403	1	393	1	3.862	4.254	18.024
<b>Total</b>	<b>81.276</b>	<b>10.562</b>	<b>13</b>	<b>1.422</b>	<b>2</b>	<b>1.349</b>	<b>2</b>	<b>8.560</b>	<b>9.908</b>	<b>47.687</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

\*\* Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

## Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2012 Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 25/04/2012\*

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	2.715	599	22	8	0	8	0	149	157	1.493
Hidroviário	379	49	13	3	1	3	1	7	10	228
Portuário	77	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rodoviário	13.714	2.719	20	23	0	23	0	1.671	1.694	6.592
Outros	798	51	6	0	0	0	0	40	40	329
<b>Total</b>	<b>17.682</b>	<b>3.419</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>1.867</b>	<b>1.902</b>	<b>8.642</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2012

### Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 25/04/2012\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	176	(0)	71	105
União	5.865	(279)	790	4.796

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

### Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 25/04/2012\* R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	10.422	(89)	1.797	8.536
União	51.401	(740)	7.769	42.891

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

## Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2012 PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 25/04/2012\*

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	951	42	4	0	0	0	0	55	55	476
M. Planejamento	2	0	0	0	-	0	-	0	0	0
MAPA	0	0	-	0	-	0	-	0	0	1
MCT	0	0	-	0	-	0	-	12	12	0
M. Fazenda	80	0	0	0	0	0	0	0	0	630
MEC	2.848	132	5	7	0	5	0	239	244	779
MME	179	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	424	25	6	6	2	6	1	26	32	167
M. Saúde	1.696	414	24	195	12	195	12	329	524	3.050
<b>M. Transportes</b>	<b>15.495</b>	<b>3.452</b>	<b>22</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>29</b>	<b>0</b>	<b>1.849</b>	<b>1.878</b>	<b>8.407</b>
M. Cultura	301	297	99	3	1	3	1	1	4	27
MDA	200	0	0	0	0	0	0	19	19	175
M. Defesa	0	33	-	2	-	2	-	79	81	208
M. Integr. Nacional	2.811	446	16	100	4	100	4	450	550	2.444
M. Turismo	0	0	-	0	-	0	-	0	0	0
M. Cidades	16.822	857	5	55	0	21	0	5.590	5.611	13.931
<b>Total</b>	<b>41.809</b>	<b>5.698</b>	<b>14</b>	<b>398</b>	<b>1</b>	<b>361</b>	<b>1</b>	<b>8.649</b>	<b>9.009</b>	<b>30.296</b>

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

\* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 30 de abril de 2012.